

Atuação de Fragelli impediu que projeto tivesse nova votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Poucos minutos depois das 21 horas o presidente do Senado, José Fragelli, rompeu a expectativa que se criara em torno da possibilidade de o pacote fiscal ser submetido a uma nova votação em virtude das irregularidades em sua redação final, decidindo que tal não se daria, apesar de a discussão da matéria poder ser reaberta se algum senador assim o desejasse.

Fragelli esclareceu que, nos termos regimentais — alínea “D” do parágrafo único do artigo 361 do Regimento Interno do Senado —, as modificações a serem feitas nos autógrafos a serem enviados à Presidência da República decorreriam de medida administrativa da Mesa do Senado. Mais: como os autógrafos ainda não haviam sido enviados ao Poder Executivo, configurava-se a oportunidade regimental prevista para que as correções fossem feitas.

Na discussão da matéria que se seguiu à decisão de Fragelli, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) admitiu que poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) por discordar da decisão da Mesa.

O senador Otávio Cardoso (PDS-RS) foi quem anunciou às 19h30 que os líderes do PDS e do PDT e ainda o senador Itamar Franco (PMDB-MG) iriam requerer nova votação do pacote fiscal do Senado, tendo em vista as falhas do texto, denunciadas pelo Estado. Eles encaminharam, então, à Mesa do Senado, o requerimento pedindo que fosse sustado o envio da matéria para sanção do presidente da República e fosse reaberta a discussão, a fim de que se fizesse uma nova votação. Eles anexaram ao requerimento cópias da ata da sessão da Câmara, em que ficava claro que os Artigos 94, 95, 96 e 97 haviam sido rejeitados naquela Casa e não podiam, portanto, figurar no texto aprovado pelo Senado Federal.

Também com cópias da ata da sessão da Câmara às mãos, o líder do PTB, Gastone Righi, parecia incomodado: “Isso demonstra o acondicionamento com que a matéria foi votada. Não se trata de incompetência da Câmara, mas apenas de falta de tempo para estudar os 105 artigos que integram o projeto, em meio a uma dezena de votações consecutivas”.

Caso o Senado não corrigisse a falha em nova votação, o líder petista só via duas soluções para o caso: mandar o pacote à sanção do pre-

sidente com uma observação sobre o erro cometido pela Câmara ao elaborar a redação final, a fim de que ele vetasse os quatro artigos objeto da polêmica, ou, caso o presidente não vetasse, ingressar com mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal, alegando a inconstitucionalidade daqueles artigos, comprovando — como a ata da sessão — que eles haviam sido rejeitados na Câmara.

Righi denunciou que, no Senado, onde o pacote levou apenas 12 horas para receber a aprovação final, “se repetiu o atropelamento verificado em sua votação na Câmara, nem dando tempo para que fosse esclarecido o problema”. Lembrando que, na semana passada, o senador José Fragelli havia anulado uma votação da proposta de convocação da Constituinte, diante da alegação de que faltava um senador, o deputado do PTB observou:

“Da mesma forma que, naquela madrugada, ele telefonou para o Rio e Mato Grosso procurando pelo senador Saldanha Derzi, de cujas afirmações se valeu para anular a votação, o presidente do Senado deveria ontem ter interrompido a apreciação do pacote e telefonado para o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que se encontrava em Brasília, a fim de esclarecer o assunto. Mas o presidente do Congresso estava disposto a aprovar a matéria a qualquer custo e preferiu assumir o risco, o que é lamentável”.

Para Righi, seria tudo mais simples se o governo resolvesse logo convocar o Congresso extraordinariamente no recesso, para votar a matéria.



Arquivo
Fragelli manteve suspense